

---

# O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO JUVENIL: PROJETO, PRÁTICAS E CRÍTICAS<sup>1</sup>

Marcos Chagas\*  
Alicia Bonamino\*\*

## RESUMO

Focalizamos, neste estudo, o Programa de Educação Juvenil (PEJ) da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro (Smerj). Ao longo do texto, reconstruímos a trajetória do PEJ e descrevemos suas características atuais. Nosso interesse pelo estudo do PEJ decorre, basicamente, de sua permanência e expansão ao longo do tempo e da faixa etária dos alunos priorizada pelo programa. No entrecruzamento desses dois aspectos delinea-se uma das principais tensões do PEJ: a positiva adesão municipal ao preceito estabelecido, na nova LDB, em relação à oferta gratuita de ensino fundamental para todos os que não tiveram acesso na idade própria, *vis a vis* a restritiva focalização do programa no aluno jovem.

**Palavras-chave:** educação de jovens e adultos, ensino fundamental de jovens e adultos, política educacional.

Este é um estudo sobre o Programa de Educação Juvenil (PEJ) conduzido atualmente pela Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro (Smerj). O interesse deste estudo decorre de três características desta política de educação. Foi a partir de 1983, na qualidade de vice-governador do Estado do Rio de Janeiro, na administração Leonel de Moura Brizola, que Darcy Ribeiro elaborou o programa dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep's) e reservou neles um espaço para a incorporação dos jovens desescolarizados.

Nascia, assim, o PEJ como um programa que funcionava em horário noturno, dentro dos Ciep's, visando alfabetizar jovens de 14 a 20 anos de idade que não tinham podido permanecer no sistema regular de ensino por falta de oportunidades. Passados cerca de vinte anos da instalação dos Ciep's e da implementação do PEJ, ambas experiências seguiram caminhos diferenciados.

A proposta original de oferta de educação fundamental em regime de tempo integral mal teve continuidade no âmbito estadual, e os Ciep's cariocas foram integrados ao regime de turnos adotado pelas escolas da rede pública municipal do Rio de Janeiro.

Em contraste com a retração que cerca a experiência dos Ciep's, o PEJ continua sendo uma realidade em expansão. Desde 1985, o PEJ é conduzido pela Smerj, e atualmente é oferecido em alguns Ciep's e, também, em espaços noturnos de outras escolas municipais.

A partir da vigência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394 de 1996 –, que assegura ensino fundamental obrigatório e gratuito inclusive para quem não teve acesso e continuidade na idade própria, um contingente plural de jovens e adultos, a partir dos 14 anos de idade, se torna o principal destinatário da EJA. Nesse contexto legal, o PEJ passa a abolir o limite superior de idade do aluno apto a frequentar o programa.

---

<sup>1</sup>Este texto é uma síntese de algumas questões desenvolvidas em educação de jovens e adultos: a experiência do PEJ no Município do Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em Educação defendida na PUC-Rio, em 2002, por Marcos Antônio Chagas, com orientação da professora Alicia Bonamino.

\*Mestre em Educação. Professor do Departamento de Educação da Universidade Estácio de Sá.

\*\*Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação/PUC-Rio.

---

Uma outra característica do PEJ é o crescimento exponencial que vem apresentando nos últimos anos. Em 1995, 18 unidades escolares ofereciam o PEJ a 1.539 alunos. Apenas sete anos depois, em 2002, já eram 23 mil alunos freqüentando o PEJ em 81 escolas municipais. Na história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o PEJ também representa uma iniciativa com características peculiares.

O PEJ integra a etapa correspondente ao ensino obrigatório da educação básica, na forma de ensino fundamental presencial e com avaliação no processo. Contrastando com o PEJ, a EJA, que também deveria ocupar-se integradamente da educação fundamental e média e da realização de ações que interagissem com o mundo do trabalho, freqüentemente tem assumido a dimensão de campanha destinada à alfabetização e, por isso, avançado muito pouco na oferta de educação básica.

Basta lembrar, neste sentido, que às primeiras iniciativas sistemáticas de educação de jovens e adultos desenvolvidas nos anos de 1930, quando a educação se torna direito de todos, segue-se uma fase de campanhas de erradicação do analfabetismo.

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, dirigida pelo professor Lourenço Filho a partir de 1947, destinava-se principalmente ao meio rural e previa a alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. Sem conseguir manter seus resultados na década seguinte, mesmo quando complementada ou substituída pela Campanha Nacional de Educação Rural – uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e Saúde com o Ministério da Agricultura, iniciada em 1953 –, estas duas Campanhas foram extintas em 1963 (BRASIL, CNE/CEB, Parecer CEB 11/2000).

Nos anos de 1950, também surgiu a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) com o objetivo de propiciar a alfabetização de jovens e adultos. Neste último caso, os relatórios da CNEA chegavam a registrar elevada evasão e desmotivação para os estudos entre os alunos adultos acima de 30 anos de idade. Com base nesse diagnóstico, os próprios responsáveis pela CNEA recomendavam o aumento da rede de ensino regular destinada à educação das crianças em idade escolar e tratavam do ensino de jovens e adultos como uma medida apenas complementar, destinada a diminuir os índices de analfabetismo no país (PAIVA, 1973).

No período compreendido de 1960 a 1964, surgiram movimentos importantes na educação de adultos, que conflitavam com a educação conservadora oficial, estavam envolvidos com as necessidades populares e buscavam efetivar uma educação de vanguarda. Exemplos dessas iniciativas são o Movimento de Cultura Popular (MPC) criado em Recife, a campanha “de Pé No Chão também se aprende a Ler” criada em Natal, o Movimento de Educação de Base (MEB) ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os Centros de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) (PAIVA, 1973).

Em particular, a experiência do MPC, conduzida por Paulo Freire, é considerada por Darcy Ribeiro como o antecedente histórico da concepção do PEJ (RIBEIRO, 1986, p. 77).

Na proposta de Paulo Freire, a alfabetização era entendida mais do que como domínio da leitura e da escrita como leitura crítica do mundo. Norteava-se a mesma por um diálogo constante entre educador e educando, que possibilitava levar para o processo educativo a discussão de situações de vida e do universo cultural dos alunos

No contexto dos governos militares, essas iniciativas foram sumariamente canceladas e, posteriormente, substituídas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral). Criado em 1967, o Mobral foi pensado como um novo programa de educação de massa destinado a suprir as deficiências do ensino regular e a utilizar a educação de adultos para fins políticos e ideológicos.

---

Todavia, desde a metade dos anos 1970, os movimentos populares começaram a ressurgir, constituindo-se em atores sociais que reforçaram a idéia de uma educação popular autônoma. Nesse contexto, o II Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto (1980-1985) passou a buscar um novo enquadramento para a educação de jovens e adultos, por meio da criação de programas de caráter compensatório como o Programa Nacional de Ações Socio-Educativas para o meio Rural (Pro-nasec) e o Programa Nacional de Ações Socio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (Prodasec), ambos de 1980 (BRASIL, CNE/CEB, Parecer CEB 11/2000).

Em 1985, o Mobral foi substituído pela Fundação Educar com a finalidade específica de alfabetizar jovens e adultos. A Fundação Educar foi extinta em 1990, durante a vigência da nova concepção de EJA derivada da Constituição Federal.

A partir de 1997, a Presidência da República passou a apoiar ações de alfabetização por meio do Conselho da Comunidade Solidária. Em 1999, a Comunidade Solidária se transformou em uma ONG e o espaço da EJA foi ocupado, em grande parte, pelo Programa de Alfabetização Solidária (PAS). O PAS foi realizado em parceria com o MEC e a iniciativa privada e associou também universidades na tarefa de dar apoio ao processo de alfabetização em vários municípios, que apresentavam os maiores índices de analfabetismo. Inicialmente, o PAS atuou no Norte e Nordeste, e, posteriormente, nos grandes centros urbanos (BRASIL, CNE/CEB, Parecer CEB 11/2000).

A reconstrução sumária das iniciativas oficiais destinadas à EJA mostra que, nesta área, as políticas públicas têm se voltado, mais freqüentemente, para a alfabetização de adultos em caráter emergencial e de forma paralela ao ensino regular. Evidentemente, projetos envolvendo a alfabetização de adultos precisam ser levados adiante mas também são necessárias ações de EJA comprometidas com a Educação Básica.

Talvez por causa de sua dimensão de campanha, os programas de alfabetização de adultos são freqüentemente afetados por constantes interrupções, que prejudicam a possibilidade de equacionamento do analfabetismo adulto e restringem a capacidade de estruturação da EJA para a oferta seqüencial de ensino fundamental e médio.

Nesse cenário, ficamos atentos a experiências que visassem ultrapassar a mera instância da alfabetização, que tivessem um compromisso com a institucionalização de uma política pública própria à modalidade do ensino fundamental e que sua oferta apresentasse algum grau de continuidade. Nos deparamos, assim, com o PEJ, programa de educação fundamental oferecido a jovens e adultos pela Smerj, que ainda não foi contemplado pelos estudos sobre EJA. Nas próximas seções, reconstruímos a trajetória do PEJ e descrevemos suas características atuais. Na análise desses aspectos privilegiamos alguns pontos.

O primeiro ponto é a capacidade de permanência e de expansão do PEJ ao longo do tempo. Vários estados e municípios que elaboraram e conduziram políticas sérias e competentes no contexto da redemocratização da sociedade brasileira viram essas políticas serem abandonadas pelas administrações posteriores em nome de novas prioridades políticas e partidárias.<sup>2</sup> Nesse contexto, chama a atenção a continuidade do PEJ.

O segundo ponto abordado é a faixa etária dos alunos prioritariamente atendida pelo PEJ. O PEJ nasce no âmbito estadual elegendo os jovens de 14 a 25 anos como seu público preferencial. Ao

---

<sup>2</sup>Um estudo detalhado das diferentes iniciativas nacionais, estaduais e municipais no âmbito da educação nos anos de 1980, pode ser encontrado em *Educação, Estado e democracia no Brasil*, Luiz Antônio Cunha, Cortez, SP, 1995.

---

ser municipalizado, o programa passa a substituir o ensino noturno oferecido a faixas etárias mais amplas. Com isto, houve uma *juvenilização* da oferta de EJA, na medida em que foram estreitadas as chances de escolarização dos adultos em favor da oferta de vagas para uma população mais jovem.

### A TRAJETÓRIA DO PEJ

O PEJ foi projetado, em 1983, pelo então vice-governador Darcy Ribeiro, na administração Leonel Brizola, para funcionar dentro dos Ciep's, em horário noturno e com a proposta de alfabetizar jovens de 14 a 20 anos.

Algumas circunstâncias contribuíram para que, enquanto secretário da cultura, Darcy Ribeiro viesse a ser, efetivamente, o secretário da educação. O governador Brizola, eleito em 1982, nomeou a deputada estadual Yara Vargas para secretária da educação do Estado do Rio de Janeiro e para secretário da cultura o vice-governador Darcy Ribeiro. Logo no início do seu governo, o novo governador criou a Comissão Coordenadora de Educação e Cultura com a incumbência de formular a política educacional do estado. Sob a presidência do vice-governador Darcy Ribeiro, a comissão reunia os secretários estaduais de educação e de ciência e cultura, o secretário municipal de educação e o reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) (CUNHA, 1995, p. 129).

Visando a consolidação dos Ciep's, o vice-governador promoveu, no segundo semestre de 1983, em Mendes (RJ), o I Encontro de Professores de Primeiro Grau do Estado do Rio de Janeiro. Embora marcado pela falta de consenso entre o vice-governador e o professorado em relação à política educacional a ser adotada no Estado, o encontro de Mendes pode ser interpretado como uma tentativa de abertura de novos espaços de debate e de participação docente.

O significado desta iniciativa para os padrões de gestão prevalentes à época nas redes públicas de ensino leva Lia Faria à seguinte reflexão:<sup>3</sup>

Em contraste com o tipo tradicional de simpósio em que diversos especialistas trocam idéias entre si, com base em pronunciamentos e recomendações que geralmente caem no vazio, o encontro de Mendes foi um verdadeiro anticongresso, um momento fértil em que se procurou ouvir a voz das pessoas diretamente responsáveis pela educação: os professores em regências de classe. Finalmente, o debate dos problemas educacionais saía dos círculos de decisão em gabinetes para um confronto mais aberto, mais amplo – e, por isso mesmo, mais produtivo. Desta vez o magistério teve a palavra (FARIA, 1991, p. 102-103).

Do ponto de vista político-pedagógico, o que Darcy Ribeiro pretendia com o PEJ não era “apenas deflagrar o processo de alfabetização” que levasse a uma “utilização consciente do código gráfico” mas formar, entre os jovens, uma consciência crítica do mundo e da sociedade (RIBEIRO, 1986, p. 77).

O PEJ, seguindo a filosofia dos Ciep's, pretendia: “...criar uma nova relação de troca entre o saber universal e científico da escola e o saber das camadas populares, produzido pela luta pela sobrevivência” (id.).

O currículo proposto para a alfabetização abrangia as áreas de Linguagem, Matemática, Realidade Social e Cidadania, Saúde, Educação Física e Cultura. Sugeria, também, a adoção de uma metodologia que tivesse como eixo central “o próprio universo de vida dos alunos” (id.).

---

<sup>3</sup>Para uma leitura mais completa sobre as propostas debatidas no Encontro de Mendes, ver CIEP, *a utopia possível*, Lia Faria. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.

---

De forma explícita, Darcy Ribeiro reconhecia que a proposta curricular e metodológica estava referenciada na experiência desenvolvida no início da década de 1960 por Paulo Freire em Recife. Nessa experiência, o “domínio da leitura e da escrita” não se desvinculava da “aprendizagem de uma leitura de mundo” (id., ib., p. 77-78).

Passados dez anos de implantação dos Ciep’s, muita coisa mudou nas escolas de ensino fundamental pensadas originalmente para funcionar em regime de tempo integral. Em contraste, o PEJ continua sendo uma realidade em desenvolvimento. Desde 1985, o PEJ não pertence mais ao Estado do Rio de Janeiro. Faz parte da política pública de EJA do município da capital, abrange o ensino fundamental completo e é oferecido em alguns Ciep’s e em espaços e turnos noturnos de outras escolas municipais. Como consequência dessas mudanças, o Ensino Regular Noturno do Município do Rio de Janeiro, que tradicionalmente era oferecido a uma faixa etária mais ampla e funcionava de forma paralela ao PEJ, foi gradativamente desativado.

Ao assumir o PEJ em 1985, a Smerj deu, inicialmente, prosseguimento à alfabetização de alunos jovens mas, em 1987, buscou ir além da alfabetização e dividiu o PEJ em dois blocos: o bloco I se destinava à alfabetização dos alunos e o bloco II dava continuidade ao ensino de 1<sup>o</sup> grau e oferecia educação correspondente ao segmento de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> séries.

Apesar de ser um programa público que oferecia parte do ensino de 1<sup>o</sup> grau, o PEJ não era reconhecido oficialmente e, portanto, não podia certificar os alunos. A certificação só foi autorizada pelo Conselho Municipal de Educação em 1999, com a homologação do Parecer 03/99. A partir de então, o PEJ, além de certificar, foi também reorganizado em PEJ I e PEJ II, passando a oferecer escolaridade fundamental completa. O PEJ I destina-se a alunos na faixa etária de 14 a 22 anos de idade e tem correspondência com a 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries do ensino fundamental. Por sua vez, o PEJ II atende alunos com idades entre 14 e 25 anos e oferece ensino correspondente ao segmento de 5<sup>a</sup> à 8<sup>a</sup> séries.

Além dessa divisão, em 1987, ocorreram outras duas subdivisões no interior de cada PEJ. A partir de então, o bloco I do PEJ I passou a oferecer a parte do ensino fundamental correspondente às 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries e o bloco II às 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries. Por sua vez, no bloco I do PEJ II é oferecido ensino fundamental correspondente à 5<sup>a</sup> e à 6<sup>a</sup> séries, e no bloco II à 7<sup>a</sup> e à 8<sup>a</sup> séries.

As paulatinas mudanças do PEJ responderam a demandas colocadas pelas conquistas democráticas dos anos de 1980, que incorporaram o reconhecimento do direito das pessoas jovens e adultas à educação. Particularmente para o ensino fundamental, implicou o reconhecimento de sua gratuidade e universalidade como deveres do Estado.

## **O MARCO LEGAL DO PEJ**

Foram mudanças realizadas nos marcos de um novo enquadramento legal, que tem sua principal referência na Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O artigo 208 da Constituição Federal, no inciso I, destaca que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Por sua vez, a nova LDB trata no artigo 37 da educação de jovens e adultos destinando-a “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. E admite, a partir deste *caput*, “a existência de determinado contingente de pessoas que carecem de atendimento escolar para estar em igualdade de condições com outros que realizaram seus estudos em tempo e idade adequados”.

---

E, na Seção V do Capítulo II da Educação Básica da LDB, a EJA é tratada pioneiramente como modalidade específica de educação básica. No artigo 61, a LDB exige do professor formação variada, em função dos diferentes níveis educacionais e em correspondência com cada fase do desenvolvimento do educando. Assim, é na nova LDB que veremos surgir, também pela primeira vez, indicações para a formação de professores de EJA.

Não obstante estes avanços legais, a política educacional do município do Rio de Janeiro demorou a adequar-se à nova legislação. Somente em 1999, após quatorze anos de implantação do PEJ, o Conselho Municipal de Educação, através do Parecer 03/99, passou a reconhecer o PEJ, garantindo certificação aos alunos e certificação retroativa a 1998 aos egressos.

Após o reconhecimento do Conselho, as faixas etárias também foram alteradas. Atualmente, o PEJ I se destina a alunos entre 14 e 22 anos de idade e o PEJ II a alunos com idades entre 14 e 25 anos. Além disso, tanto o PEJ quanto o PEJ II foram divididos em blocos I e II<sup>4</sup> e, de acordo com a coordenação atual do programa, está em marcha a remoção do limite superior da faixa etária fixada para os alunos do PEJ após sua municipalização. Em sintonia com essa alteração, acreditamos que, em breve, o PEJ precisará também rever a nomenclatura “juvenil” que acompanha o programa desde sua origem. Ainda com relação à faixa etária privilegiada pelo PEJ, é necessário destacar que se evidencia, entre os professores e coordenadores do programa, a existência de um esforço permanente para que seja ampliado o limite superior de idade dos alunos. Entretanto, a seleção para o ingresso dos alunos ao PEJ é realizada pela Smerj sem a participação das escolas, o que obstaculiza a incorporação de alunos com mais de 25 anos à oferta de ensino fundamental do programa.

Desencontros deste tipo entre a legislação e a prática têm sido frequentes e têm levado estudiosos da educação de jovens e adultos afirmar que esta “(...) é marcada pela contradição entre a afirmação no plano jurídico do direito formal da população jovem e adulta à educação básica, de um lado, e sua negação pelas políticas públicas concretas, de outro” (HADDAD et al., 2000, p. 119).

Por outro lado, é necessário reconhecer que, na medida em que a LDB fixa a idade de 14 anos para o ingresso do aluno em cursos de EJA do ensino fundamental, a legislação educacional põe em pauta um mecanismo indutor do aumento das matrículas entre jovens e adolescentes. No âmbito dos estudos sobre EJA, receia-se que isto esteja levando à alteração do perfil das turmas e contribuindo para a subrepresentação, e até para a desistência escolar, dos alunos adultos em programas como o PEJ.

## **O PEJ: PRÁTICAS E CRÍTICAS**

Certamente, a base de dados ideal para a investigação da faixa etária privilegiada pelo PEJ seria dada por um estudo de base censitária das características sociodemográficas e das trajetórias escolares dos alunos que frequentam o programa como um todo. Entretanto, como o PEJ não possui ainda dados consolidados desta natureza, a observação da distribuição de matrículas em uma escola que ministra o programa oferece a oportunidade de análises capazes de sugerir hipóteses sobre a distribuição etária dos alunos do programa. Em especial, quando se leva em conta que o processo de seleção e de distribuição dos alunos pelas escolas é feito pela própria Smerj de forma centralizada.

---

<sup>4</sup>Se fizéssemos uma correspondência com a educação formal, o bloco I do PEJ I agrega a 1a e a 2a séries e o bloco II a 3a e a 4a séries. Por sua vez, o PEJ II, no bloco I, agrupa a 5a e a 6a séries e no bloco II, a 7a e a 8a séries.

---

A investigação sobre as características sociodemográficas dos alunos que cursavam as séries finais do PEJ (7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental) foi realizada, em 2002, por um de nós, numa escola municipal localizada no centro da cidade (CHAGAS, 2003).

A identificação da faixa etária dos alunos foi obtida na secretaria da escola no mês de dezembro de 2002, por meio da análise das fichas de matrícula. A época da pesquisa foi escolhida de modo a poder observar a idade tanto dos alunos que continuavam estudando no PEJ II quanto a daqueles que tinham evadido da escola durante o ano letivo. O total de alunos, nos blocos I e II, estudando no PEJ II, no mês de dezembro de 2002, era de 196 e apenas dois alunos não tinham registradas as suas datas de nascimento na ficha de matrícula.

Na escola estudada, os alunos que freqüentavam o bloco I e o bloco II do PEJ, em 2002, apresentavam a seguinte distribuição etária: o bloco I, com equivalência à 5<sup>a</sup> e à 6<sup>a</sup> séries do ensino fundamental, era composto de três turmas freqüentadas por um total de 71 alunos. Desse total, 40 alunos estavam na faixa etária entre 15 e 25 anos; 8 alunos tinham idades entre 26 e 30 anos; 11 alunos entre 31 e 40 anos; 9 alunos entre 41 e 50 anos. Havia também um aluno com mais de 50 anos e 2 alunos que não declararam a idade. O bloco II, com equivalência à 7<sup>a</sup> e à 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental, abrangia 5 turmas que eram freqüentadas por 125 alunos, entre os quais, 95 alunos tinham entre 15 e 25 anos de idade; 17 alunos entre 26 e 30 anos; 10 alunos entre 31 e 40 anos e 3 alunos entre 41 e 50 anos.

Percebe-se que a faixa etária focalizada pelo PEJ na escola pesquisada apresenta, no total das matrículas, uma considerável concentração nas idades de 15 a 25 anos. Com efeito, entre os 196 alunos que estudavam no PEJ, mais de dois terços dos alunos (135 estudantes) tinham entre 15 e 25 anos de idade e apenas 59 alunos tinham entre 26 e 52 anos de idade. Destes 59 alunos, 25 tinham idades compreendidas entre 26 e 30 anos, enquanto 34 alunos compunham a faixa etária entre 31 e 52 anos e apenas 15 alunos tinham mais de 40 anos de idade.

Assim, ao menos no caso da escola pesquisada, as mudanças legais com relação à faixa etária beneficiária da oferta de EJA ainda não afetaram o perfil das matrículas do PEJ, que continuam a exibir percentuais bem mais elevados entre os alunos mais jovens (CHAGAS, 2003).

Por sua vez, um fato chamou nossa atenção em relação à faixa etária dos alunos evadidos. A proporção de desistência escolar entre os alunos acima dos 25 anos é significativamente menor do que entre os alunos abaixo dessa idade. Com efeito, entre os 55 alunos registrados como evadidos do PEJ II em 2002, 49 alunos (89%) tinham idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos e apenas 6 alunos (cerca de 10%) tinham 26 anos ou mais.

Não sem razão, os estudiosos de EJA insistem que o crescimento atual do percentual de adolescentes que freqüenta os cursos de EJA expressa uma transferência de responsabilidade entre duas modalidades escolares que altera o perfil do público, complexificando, ainda mais, a heterogeneidade existente. O receio é que a existência de um contingente expressivo de alunos adolescentes contribua para afastar os mais adultos das salas de aula por incompatibilidade com os ritmos e os perfis adolescentes (SOARES, 2002, p. 14).

Embora estas preocupações só se confirmem em parte no caso da escola estudada, elas ajudam a caracterizar as linhas gerais da análise que emerge dos dados da matrícula escolar. Ou seja, apesar dos alunos de mais idade desistirem da escola significativamente menos do que os alunos mais jovens, são eles, os estudantes com mais de 25 anos de idade, os que fazem parte de uma categoria ainda sub-representada na vida escolar desta experiência do PEJ.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BRASIL. CNE/CEB. *Parecer CEB 11/2000*. Regulamenta as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Rio de Janeiro, Gráfica JB, 1988.
- CHAGAS, Marcos A. M. *Educação de jovens e adultos: a experiência do PEJ no Município do Rio de Janeiro*. Dissertação (mestrado) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- FARIA, Lia. *CIEP, a utopia possível*. São Paulo: Livros do Tatu, 1991.
- FREIRE, Paulo. Educação de adultos: algumas reflexões. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (orgs.) *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 108-130, maio/jun./jul./ago. 2000.
- PAIVA, Vanilda P. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. São Paulo: Loyola, 1973.
- RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEP's*. Rio de Janeiro: Bloch, 1986.
- RIO DE JANEIRO (Cidade). *Projeto de educação juvenil*. Secretaria Municipal de Educação do Município do Rio de Janeiro, s./d.
- SOARES, Leônicio J. G. *Diretrizes curriculares nacionais: educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

### RESUMEN

*En este trabajo enfocamos el Programa de Educación Juvenil (PEJ) de la Secretaría de Educación del Municipio de Rio de Janeiro (Smerj). En el curso del trabajo, recuperamos la trayectoria del PEJ y describimos sus características actuales. Nuestro interés por el estudio del PEJ deriva básicamente de su permanencia y expansión en el tiempo y de la edad de los alumnos, privilegiada en el programa. En el entrecruzamiento de estos dos aspectos se define una de las principales tensiones del PEJ: la positiva adhesión municipal al precepto establecido por la nueva LDB en relación a la oferta gratuita de enseñanza fundamental para todos los que no tuvieron acceso en la edad apropiada vis a vis el limitado enfoque del programa en el alumno joven.*

**Palabras-clave:** *educación de jóvenes y adultos, enseñanza fundamental de jóvenes y adultos, política educativa.*

### ABSTRACT

*In the present paper, we focus on the Programa de Educação Juvenil (PEJ, Juvenile Education Program) by the Municipal Education Department of the City of Rio de Janeiro (Smerj). Along this text, we track back PEJ's history and describe its current characteristics. Our interest in studying PEJ derives essentially from its permanence and expansion along time and the age range of the students targeted by the program. By crossing these two aspects, we can notice one of the main tensions of PEJ: the positive subscription of the City of Rio de Janeiro to the precepts of the new Brazilian Education Policies and Bases Regulation concerning the offer of free basic education to all of those who did not have access to education as youngsters vis a vis the restrictive focus of the program on youngsters.*

**Keywords:** *juvenile and adult education, juvenile and adult basic education, educational policies.*